

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso (extrato) n.º 1769/2012

Por meu despacho de 23 de janeiro de 2012, autorizei a prorrogação da situação de licença sem remuneração, por um período de 270 dias, com início a 1 de janeiro de 2012, à assistente operacional Linda Maria Cardoso Nunes Calado, do mapa de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos dos artigos 234.º e 235.º do Anexo I (regime) à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

25 de janeiro de 2012. — A Diretora de Serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *Margarida Mós*.

205671112

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Louvor n.º 51/2012

Ao cessar funções como Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Centro, quero expressar público louvor às assistentes técnicas Maria João Oliveira Pombo Meruje e Maria Helena Santos Cadete Monteiro, pela dedicação, brio profissional e competência com que sempre desempenharam as funções de secretariado no Gabinete da Direção.

25 de janeiro de 2012. — O Diretor Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

205670457

Louvor n.º 52/2012

Ao cessar funções como Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Centro, quero expressar público louvor ao assistente operacional João Carlos Gonçalves Loureiro, pelo zelo, dedicação, lealdade e competência com que sempre desempenhou as funções de motorista do Gabinete da Direção.

25 de janeiro de 2012. — O Diretor Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

205670384

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.

Aviso (extrato) n.º 1770/2012

Nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com os artigos 73.º a 78.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e na sequência de despacho do Conselho Diretivo de 26 de janeiro de 2012, torna-se público que o trabalhador Saúl Noel Gaspar Rodrigues concluiu, com sucesso, o seu período experimental na carreira e categoria de assistente técnico, na sequência da celebração com esta Entidade Reguladora do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

30 de janeiro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jaime Melo Baptista*.

205672499

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Despacho n.º 1723/2012

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, nos termos constantes dos despachos da Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IHRU, I. P., Senhora Dra. Maria Carminda Caria, n.º 18052/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 3 de dezembro de 2010, subdelego na licenciada Maria Fernanda Marques de Jesus, Coordenadora do Departamento de Gestão e Reabilitação do Património (DGRP), a competência para:

a) Dirigir o DGRP e praticar os atos de gestão corrente deste Departamento, no âmbito da gestão do património, incluindo assinar a correspondência e o expediente necessários ao bom funcionamento

dos serviços, com aposição do selo branco em uso no IHRU, I. P., se for o caso;

b) Autorizar e praticar todos os atos necessários à realização de quaisquer despesas necessárias ao funcionamento corrente da unidade orgânica, incluindo despesas com locação, aquisição de bens móveis e serviços e a correspondente contratação e execução, até ao valor de 2.500 €;

c) Autorizar ajudas de custo, abonos e quaisquer outros encargos devidos com deslocações em serviço, em território nacional, com exceção do transporte aéreo;

d) Autorizar dispensas e justificar ou injustificar faltas dos trabalhadores;

e) Autorizar a realização e o pagamento de despesas de gestão corrente relativas a imóveis propriedades do IHRU, I. P., designadamente despesas com eletricidade, água, taxas de esgoto, limpeza e condomínio, dentro do limite referido na alínea b);

f) Assinar contratos de arrendamento para habitação cuja celebração tenha sido superiormente aprovada;

g) Assinar declarações que tenham por objeto factos ou direitos no âmbito da competência da respetiva unidade orgânica, nomeadamente relativas a propriedade resolúvel.

1 — Ratifico todos os atos praticados pela Dr.ª Maria Fernanda Marques de Jesus no âmbito dos poderes ora conferidos, desde 1 de outubro de 2011.

22 de novembro de 2011. — O Diretor, *José Alberto Afonso Mira*.
205670668

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1724/2012

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelos Decretos-Leis n.ºs 278/2009, de 2 de outubro, 131/2010, de 14 de dezembro, e 69/2011, de 15 de junho, e no uso dos poderes que me foram delegados e subdelegados através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2011, de 28 de julho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 146, de 1 de agosto de 2011, subdelego:

1 — No Secretário de Estado da Saúde, licenciado Manuel Ferreira Teixeira, com a faculdade de subdelegação, a competência para a prática dos seguintes atos:

1.1 — Praticar todos os atos a realizar no âmbito do procedimento previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2011;

1.2 — Aprovar e outorgar a convenção necessária à regularização de relações contratuais de facto constituídas desde 1 de janeiro de 2011, nos termos do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2011.

2 — O presente despacho produz efeitos desde a data da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2011, de 28 de julho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 146, de 1 de agosto de 2011.

26 de janeiro de 2012. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

205669307

Despacho n.º 1725/2012

Os licenciados Luís Joaquim Lopes André Rodrigues e João dos Reis Alegre de Sá foram nomeados pelo meu despacho n.º 953/2012, de 11 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 24 de janeiro de 2012, respetivamente, como presidente e vogal executivo do conselho de administração do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro — Rovisco Pais, com efeitos desde 16 de janeiro de 2012.

De harmonia com o disposto no n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 18, de 25 de janeiro de 2012, com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2012, nos termos do artigo 7.º do aludido Decreto-Lei n.º 8/2012, mediante autorização expressa da entidade competente para a sua nomeação os gestores podem optar pelo vencimento do lugar de origem, não podendo, todavia, exceder o vencimento mensal do Primeiro-Ministro.

Assim, nos termos do n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de agosto, determina-se:

1 — Os licenciados Luís Joaquim Lopes André Rodrigues e João dos Reis Alegre de Sá, respetivamente, presidente e vogal executivo do conselho de administração do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro — Rovisco Pais, ficam autorizados a optar pelo vencimento que auferem no lugar de origem, nos termos e com os limites a que se refere o n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, sem prejuízo das reduções remuneratórias legalmente previstas.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 16 de janeiro de 2012.

26 de janeiro de 2012. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

205669072

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Aviso n.º 1771/2012

Na sequência dos concursos de admissão a estágio de especialidade dos diversos ramos da carreira de técnico superior da saúde, conforme Aviso n.º 18121/2000, publicado no *Diário da República*, n.º 298, 2.ª série, de 28/12/2000, e em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 39.º da Portaria n.º 796/94 de 7 de setembro, publicam-se as classificações finais de estágio, homologadas por despacho do Vogal do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., de 16 de dezembro de 2011, das candidatas a seguir discriminadas, que ocuparam as vagas dos Ramos Farmácia e Laboratório:

Ramo de Farmácia:

Hospital de Lisboa Central, E. P. E. — Hospital S. José:

Ana Virgínia Torres Fernandes Ferreira da Costa — 18,55 valores.

Hospital de Lisboa Central, E. P. E. — Hospital St.º António Capuchos:

Carla Maria Galhano — 18,31 valores.

Hospital de Faro, E. P. E.:

Cristina Isabel de Mascarenhas Gonçalves — 17,61 valores.

Hospitais Privados de Portugal — Hospital de Cascais:

Cláudia Cristina Baltazar Nortista Rocha — 18,60 valores.

Ramo de Laboratório:

Centro Hospitalar S. João, E. P. E — Hospital S. João:

Diana Linhares Tuna Pereira da Silva — 18,31 valores.

26 de janeiro de 2012. — O Coordenador da Unidade Funcional da Secretaria do Conselho, *Jorge Gonçalves*.

205673479

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 157/2012

Por deliberação do conselho diretivo da ARSC, I. P., de 13 de outubro de 2011:

Na sequência do procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior, da carreira técnica superior, autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Ana Patrícia Ferreira Antunes, na categoria de técnico superior, da carreira técnica superior área de economia, do mapa de pessoal da ARSC, I. P., posicionado na 2.ª posição remuneratória, nível 15, a que corresponde a remuneração de 1 201,48€, com efeitos a 17 de outubro de 2011.

17 de outubro de 2011. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Manuel Azenha Tereso*.

205674791

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso n.º 1772/2012

1 — Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, torna-se pública a lista unitária de classificação final resultante do procedimento concursal, para o preenchimento de 9 postos, na categoria de assistente operacional, da carreira de assistente operacional, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 16549/2010, publicado no DR, 2.ª série, n.º 161, de 19 de agosto de 2010, homologada por despacho de 23 de dezembro de 2011 pelo Vogal do Conselho Diretivo desta ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P.:

	Nome candidato	Valores
1.º	Maria de Fátima Lopes Vieira David.	18,511
2.º	Adelaide Fátima Martins Galego.	17,971
3.º	José Manuel Pereira Costa.	17,485
4.º	Ana Maria Conceição Pereira Lourenço.	17,400
5.º	Cecília Maria Castanheira Esteves Alexandre.	17,366
6.º	Hugo Gee Barroso.	17,322
7.º	Ana Paula Madeira Fróis.	17,078
8.º	Maria do Céu Silva Santos Mota.	16,767
9.º	Maria Fernanda Neves Ferreira.	16,736
10.º	Maria Antonieta Mesquita da Cruz.	16,593
11.º	Maria Bernardina Ribeiro Correia Barreiros.	16,262
12.º	Maria José Fuzeiro Patrício Gaspar.	16,083
13.º	Cristóvão Cláudio Catalino Pereira.	15,932
14.º	Francisco Miguel Torrinha Tomé.	12,785
15.º	Dário João Neves Raimundo.	12,560

2 — A presente lista será afixada no ACES Lezíria I — Ribatejo, sito na Av. José Saramago 15 e 17, 2005 — 143 Santarém e ficará também disponível na página eletrónica da ARSLVT, IP, em www.arslvt-min-saude.pt

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, da homologação da lista de classificação final deste concurso, cabe recurso hierárquico ou tutelar.

19 de dezembro de 2011. — O Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa Vale Tejo, I. P., *Dr. Luís Manuel de Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

205674945

Aviso (extrato) n.º 1773/2012

Em cumprimento do disposto do n.º 11, do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso n.º 17289/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 1 de setembro de 2010, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 4 de julho de 2011, com o trabalhador Maria Helena Fastudo Neves, para exercício de funções correspondentes à categoria de enfermeiro, da carreira especial de enfermagem, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES da Grande Lisboa X — Cacém/Queluz, com a remuneração definida nos termos do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro, correspondente a 1252,71 €.

Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 12.º da LVCR ex-vi n.º 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Cristina Maria da Costa André Correia, Enfermeira Chefe do ACES X Cacém/Queluz.

1.º Vogal: Teresa Maria Pires de Matos Coito, Enfermeira Chefe do ACES X Cacém/Queluz, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

2.º Vogal: Isabel Maria Faustino Costa Carvalho, Enfermeira Especialista do ACES X Cacém/Queluz.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto no n.º 1, do artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

11 de janeiro de 2012. — O Presidente, *Dr. Luís Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

205673098